

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010**

**Anexo – Metodologia de cálculo da Receita**

**(Lei 4320, 17/03/64, Art. 22 e Lei 101 de 05/05/2000, Art. 5º, I)**

A meta anual relativa às receitas municipais foi elaborada utilizando-se como parâmetro a metodologia apresentada na Lei 4275, de 15/07/09, que estabelece as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010.

Os dados foram extraídos de informações da Secretaria Municipal de Fazenda, e dos demais órgãos da Administração Direta e Indireta. Para alcançar os resultados demonstrados foram utilizados os seguintes parâmetros e procedimentos:

- Análise dos dados extraídos dos Balanços relativos aos anos de 2006 a 2008, bem como dados parciais dos valores do exercício de 2009, fornecidos pela Secretaria Municipal de Fazenda.;
- Levantamento da receita arrecadada, mês a mês no ano de 2009, extraídas dos balancetes mensais e projeção da arrecadação da receita para o ano de 2009;
- Foram incluídos na previsão de receita os diversos convênios com a União e Estado, a operação de crédito PMAT já autorizada em lei, e as transferências intergovernamentais, a exemplo dos repasses do Governo Federal: Ministério da Saúde - Sistema Único de Saúde; Ministério das Cidades – Programa de Aceleração do Crescimento; e do FUNDEB dentre outros;
- Considerando a política econômica adotada pelo Governo Federal, a receita para o

ano de 2010 foi projetada com taxas de inflação e de crescimento econômico conforme consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2010;

- Esforço da Administração através do incremento na arrecadação dos tributos próprios com a implantação do ISS Digital e do Sistema Tributário Municipal informatizado;

Quanto aos recursos vinculados, a previsão da receita obedeceu aos critérios dos programas, que se realizam através de contratos e convênios a seguir:

- Educação: FUNDEB, PNAE Merenda Escolar, Cota Salário Educação, FNDE/EJA, FNDE/PNATE Transporte Escolar, FNDE/Pró Jovem;
- Desenvolvimento Social: recursos transferidos pelo FNAS e Ministério do Trabalho; Bolsa Família; Doações ao FMCRIA;
- Saúde: Recursos do SUS e outros convênios;
- Obras e Serviços Urbanos: Convênio COPASA; Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; Ministério das Cidades;
- Habitação: Ministério das Cidades, Programa de Aceleração do Crescimento;
- Transito: Receitas de Serviços de Transportes e Multas de Trânsito;
- Fazenda: PMAT Programa de Modernização Administrativa e Tributária; BNDES.